



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

PROPOSTA Nº 397/2015

Apreciar o aditamento ao Plano 2015 da Lisboa Ocidental, SRU – Sociedade de Reabilitação Urbana, EM, SA (SRU) e aprovar o Contrato-Programa Município de Lisboa / SRU

Pelouros: Vereador Manuel Salgado e Vereador João Paulo Saraiva

Serviços: DMU e DMF

Considerando que:

- 1) Em 20.03.2012, a Assembleia Municipal de Lisboa aprovou a Delimitação da Área de Reabilitação Urbana de Lisboa, com a fundamentação constante da Estratégia de Reabilitação Urbana de Lisboa 2011/2024 (Deliberação n.º 11/AML/2012, publicada no 4º Suplemento ao Boletim Municipal nº 945, de 29 de março de 2012).
- 2) Nos termos desta Estratégia, o Município assumiu-se como entidade gestora, com a responsabilidade de coordenar e gerir a operação de reabilitação urbana definida neste instrumento.
- 3) A SRU – Sociedade de Reabilitação Urbana, EM, SA, doravante designada SRU, é uma empresa local de promoção do desenvolvimento local e regional, nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 48º do Regime Jurídico da Atividade Empresarial Local (Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto), constituída pelo Município de Lisboa em 2004, tendo como objeto principal, conforme artigo 3º dos seus estatutos, promover a reabilitação urbana nomeadamente através da promoção, manutenção e conservação de infraestruturas urbanísticas e gestão urbana e renovação e reabilitação urbanas e gestão do património edificado.
- 4) Pela Deliberação nº 558/CM/2014, de 8 de outubro, foi alargado o objeto social da SRU, com alteração do artigo 3º dos Estatutos da SRU, que passou a abarcar a promoção de intervenções de reabilitação do espaço público, renovação das infraestruturas e reabilitação de edifícios na área de reabilitação urbana de Lisboa das quais seja encarregue pela Câmara Municipal de Lisboa estabelecendo a alínea g) do n.º 1 do artigo 4º dos estatutos da empresa que constituem atribuições e competências da SRU exercer todas as atividades que lhe venham a ser cometidas pela Câmara Municipal de Lisboa.
- 5) A SRU, com diversas obras de reabilitação urbana concluídas e em curso, demonstrou possuir a capacidade técnica e a experiência necessárias à execução eficiente e eficaz de operações



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

de reabilitação urbana.

- 6) Os bons resultados alcançados justificam aproveitar e rentabilizar a estrutura da SRU no apoio ao Município em intervenções de reabilitação de espaços públicos, renovação de infraestruturas e reabilitação de edifícios, na área de Reabilitação Urbana de Lisboa.
- 7) Na Área de Reabilitação Urbana de Lisboa existem edifícios, espaços públicos e infraestruturas cuja reabilitação e renovação, contribuindo para o desenvolvimento local, promoverá a valorização patrimonial, cultural e turística da Cidade e o bem-estar, segurança e qualidade de vida dos seus habitantes e utilizadores.
- 8) Tendo em conta o exposto, através da Deliberação nº 12/2015, de 14 de janeiro, a CML deliberou encarregar a Lisboa Ocidental, SRU, de realizar a intervenção para instalação do Posto de Socorro Avançado (PSA), do Regimento Sapadores Bombeiros, do Martim Moniz.
- 9) O artigo 50.º da Lei 50/2012 prevê que as empresas locais de promoção do desenvolvimento local e regional, possam celebrar contratos-programa com as entidades públicas participantes, os quais deverão especificar os montantes dos subsídios à exploração que aquelas empresas têm direito a receber.
- 10) O artigo 26º dos Estatutos da SRU define que a SRU celebrará com o Município contratos-programa onde se definirão, nomeadamente, as funções de desenvolvimento económico local que lhe cabe desempenhar bem como o montante das participações a que tenham direito em contrapartida das obrigações assumidas.
- 11) Os apoios financeiros do Município necessários para que a SRU possa realizar as intervenções referidas no Considerando 6 constituem subsídios à exploração, uma vez que as sociedades de reabilitação urbana não são empresas municipais de promoção imobiliária e a sua intervenção no mercado não tem em si mesmo uma finalidade lucrativa que lhe permita prosseguir as suas atribuições com independência financeira em relação aos Municípios que as criaram. Sendo certo, aliás, que a função social e administrativa destas Sociedades (que compreende desde competências de controlo prévio de operações urbanísticas até à realização de obras coercivas de reabilitação) as impede de se autossustentarem, atendendo, designadamente, ao carácter não mercantil do seu objeto social e aos custos das tarefas que nelas foram delegadas pelos Municípios.
- 12) Em cumprimento do artigo 24º dos seus Estatutos – Deveres Especiais de Informação - o Conselho de Administração da SRU enviou o aditamento ao Plano de 2015, documento que faz parte integrante da presente proposta;



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

- 13) O Fiscal Único da SRU, depois de verificar a consistência e adequação das estimativas e pressupostos contidos nos Dados Previsionais que suportam o Contrato-Programa, conclui que estes proporcionam uma base aceitável para a estimativa de investimento a realizar no valor de 33.900.000€.

Temos a honra de propor que a Câmara delibere nos termos das disposições conjugadas do n.º 2 do artigo 25º, do n.º 2 do artigo 26º, do n.º 3 do artigo 32º, alínea a) do n.º 1 do artigo 42º, n.º 1 e 5 do artigo 47º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, n.º 1 do artigo 62º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, aplicável por força do artigo 4º do mesmo diploma, das alíneas oo) e ccc) do n.º 1 do artigo 33º do Regime Jurídico das Autarquias Locais aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, bem como dos artigos 65º e 66º do Código das Sociedades, do n.º 4 do artigo 3º e do artigo 26º dos Estatutos da SRU em vigor:

1. Encarregar a SRU de promover o conjunto de intervenções de reabilitação urbana em edifícios e espaços públicos, inscrito no Aditamento ao Plano de 2015, em apreciação e no contrato-programa que o acompanha;
2. Apreciar o Aditamento ao Plano de 2015 da SRU, aprovado pela Deliberação n.º 62/CM/2015, pelo qual se procedeu à inclusão do conjunto de intervenções de reabilitação urbana de edifícios e espaços públicos que se pretende que a empresa desenvolva no triénio 2015-17;
3. Mandatar o Vereador Manuel Salgado, como representante do Município de Lisboa na Assembleia Geral da SRU, para votar favoravelmente o Aditamento ao Plano de 2015, nos termos desta Proposta;
4. Aprovar e submeter à Assembleia Municipal a minuta de Contrato-Programa Município de Lisboa / SRU, que faz parte integrante desta Proposta, a celebrar com a SRU – Sociedade de Reabilitação Urbana, EM, SA, o qual inscreve, a título de apoio financeiro e para executar as intervenções indicadas no ponto 1, a transferência para a SRU de um subsídio à exploração com o valor global, para o triénio 2015-2017, de 33.900 mil euros, não sujeito a IVA, que poderá ser revisto em baixa conforme disposições do Contrato;
5. Aprovar e submeter à Assembleia Municipal, nos termos do disposto na alínea c), do n.º 1, do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, a assunção do compromisso plurianual constante do contrato-programa que tem a seguinte repartição de encargos, ajustável conforme disposições do Contrato:
 - 5.1. Em 2015, um montante até 406.212 euros (quatrocentos e seis mil, duzentos e doze euros);



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

- 5.2. Em 2016, um valor até 20.237.475 euros (vinte milhões, duzentos e trinta e sete mil quatrocentos e setenta e cinco euros);
- 5.3. Em 2017, um valor de até 13.256.313 euros (treze milhões, duzentos e cinquenta e seis mil, trezentos e treze euros).

A despesa tem enquadramento orçamental na rubrica 07.00/ 08.01.01.01. do orçamento vigente, com inscrição na ação do Plano D1 P003.08 - Reabilitação Urbana – SRU, tendo sido feito o respetivo cabimento no orçamento em vigor.

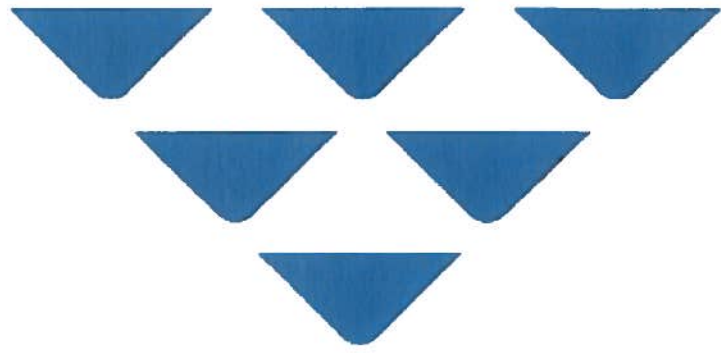
Paços do Concelho de Lisboa, 24 de junho de 2015,

O Vereador

Manuel Salgado

O Vereador

João Paulo Saraiva



SRL LISBOA
OCIDENTAL

PLANO DE 2015

ADITAMENTO

01/01/2015
397/2015
15

ÍNDICE

1. NOVOS PROJETOS CML / SRU
2. INSTRUMENTOS DE GESTÃO PREVISIONAL – ADITAMENTO
 - 2.1. PLANO DE ATIVIDADES – ADITAMENTO
 - 2.2. PLANO DE INVESTIMENTO – ADITAMENTO
 - 2.3. DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS POR NATUREZAS – ADITAMENTO
 - 2.4. ORÇAMENTOS DE TESOURARIA – ADITAMENTO
 - 2.5. BALANÇOS – ADITAMENTO
 - 2.6. CONTRATO PROGRAMA MUNICÍPIO DE LISBOA / SRU (MINUTA)
3. PARECER DO FISCAL ÚNICO – ADITAMENTO



1. NOVOS PROJETOS CML / SRU

Por considerar que os bons resultados alcançados pela SRU na sua atividade justificam o aproveitamento e a rentabilização da sua estrutura no apoio ao Município de Lisboa na execução de operações de reabilitação na Cidade, a CML pretende encarregar esta Empresa da realização das intervenções de reabilitação urbana de edifícios e de espaços públicos a seguir indicadas e submeter a aprovação da Assembleia Municipal, para este efeito, um Contrato-Programa com a finalidade de dotar a SRU dos recursos financeiros necessários:

Edifícios

- Mude – Museu do Design e da Moda;
- Biblioteca de Alcântara;
- Escola EB1 N° 60 + J1 – Alexandre Rodrigues de Freitas;
- Escola EB1 N° 30 – Moinhos do Restelo;
- Escola EB1 N° 63 – Bairro do Restelo;
- Escola EB1 N° 147 + J1 de Caselas;

Escola EB Vitor Palla;
Escola EB Sampaio Garrido;
Posto de Segurança Avançado do Martim Moniz;

Espaços Públicos

Largo da Igreja da Memória;
Largo da Boa-Hora à Ajuda;
Calçada da Ajuda (Continuação);
Estrada de Caselas;
Rua dos Cordoeiros a Pedrouços;
Rua Bartolomeu Dias;
Rua de Pedrouços;
Largo do Rio Seco.

Face à dimensão e importância das intervenções, foi elaborado o presente Aditamento ao Plano de 2015 da SRU, no qual são apresentados os efeitos desta decisão no Plano e nos demais instrumentos de gestão previsional da Empresa, Aditamento que deverá ser apreciado pela Câmara e aprova-

do pela Assembleia Geral da SRU.

Assim, no ponto 2 deste documento, são apresentados os aditamentos que resultam da deliberação da Câmara aos seguintes instrumentos de gestão previsional, bem como a minuta do referido Contrato-Programa:

- Plano de Atividades;
- Plano de Investimento;
- Demonstrações de Resultados;
- Orçamentos de Tesouraria;
- Balanços Previsionais;
- Contrato-Programa Município de Lisboa / SRU (minuta).

Nota: Não existem repercussões nos Orçamentos de Financiamento – Empréstimo IHRU / BEI, que, assim, não carecem de alteração.

De salientar que os prazos e os valores previstos para a generalidade das Intervenções de Reabilitação Urbana são preliminares, na medida em que foram estimados pelos serviços do Município ou

da SRU (conforme os casos) sem a disponibilidade de projetos, estudos prévios ou até programas preliminares, podendo portanto vir a objeto de ajustamentos significativos. Se assim for, depois de elaborados e aprovados os respetivos projetos de execução e no âmbito do Contrato-Programa, será elaborado e apresentado ao Município o planeamento definitivo da execução destas intervenções.

Lisboa, 11 de junho de 2015

O Conselho de Administração,

A handwritten signature in blue ink, reading "Teresa do Passo".

Teresa do Passo
Presidente

A handwritten signature in blue ink, reading "Jorge Catarino Tavares".

Jorge Catarino Tavares
Vogal

A handwritten signature in blue ink, reading "Nelson de Souza".

Nelson de Souza
Vogal

2. INSTRUMENTOS PREVISIONAIS

- ADITAMENTO

[Handwritten signature]
87

2.1. PLANO DE ATIVIDADES - REABILITAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO - ADITAMENTO

	ATÉ 2015	2015				2016				DEPOIS DE 2016
		1º TRIM	2º TRIM	3º TRIM	4º TRIM	1º TRIM	2º TRIM	3º TRIM	4º TRIM	
LARGO DA IGREJA DA MEMÓRIA										
PROJETO										
CONTRATAÇÃO EMPREITADA										
EMPREITADA E LIGAÇÕES										
LARGO DA BOA-HORA À AJUDA										
CONTRATAÇÃO PROJETO										
PROJETO (1)										
CONTRATAÇÃO EMPREITADA										
EMPREITADA										
CALÇADA DA AJUDA (CONT)										
PROJETO										
CONTRATAÇÃO EMPREITADA										
EMPREITADA										
ESTRADA DE CASELAS										
CONTRATAÇÃO PROJETO										
PROJETO (1)										
CONTRATAÇÃO EMPREITADA										
EMPREITADA										
R CORDOIEIROS A PEDROUÇOS										
CONTRATAÇÃO PROJETO										
PROJETO (1)										
CONTRATAÇÃO EMPREITADA										
EMPREITADA										

(1) Não inclui o Estudo Prévio, uma vez que este será elaborado, aprovado e entregue à SRU pela CML, para posterior desenvolvimento.

7-7

2.1. PLANO DE ATIVIDADES - REABILITAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO - ADITAMENTO

	ATÉ 2015	2015				2016				DEPOIS DE 2016
		1º TRIM	2º TRIM	3º TRIM	4º TRIM	1º TRIM	2º TRIM	3º TRIM	4º TRIM	
R BARTOLOMEU DIAS										
CONTRATAÇÃO PROJETO										
PROJETO (1)										
CONTRATAÇÃO EMPREITADA										
EMPREITADA										
R DE PEDROUÇOS										
CONTRATAÇÃO PROJETO										
PROJETO (1)										
CONTRATAÇÃO EMPREITADA										
EMPREITADA										
LARGO DO RIO SECO										
CONTRATAÇÃO PROJETO										
PROJETO (1)										
CONTRATAÇÃO EMPREITADA										
EMPREITADA										

(1) Não inclui o Estudo Prévio, uma vez que este será elaborado, aprovado e entregue à SRU pela CML, para posterior desenvolvimento.

Handwritten signature and date 7.7.

2.1. PLANO DE ATIVIDADES - REABILITAÇÃO DE EDIFÍCIOS MUNICIPAIS - ADITAMENTO

	ATÉ 2015	2015				2016				DEPOIS DE 2016
		1º TRIM	2º TRIM	3º TRIM	4º TRIM	1º TRIM	2º TRIM	3º TRIM	4º TRIM	
MUDE - MUSEU DO DESIGN E DA MODA (1) CONTRATAÇÃO EMPREITADA EMPREITADA E LIGAÇÕES										
BIBLIOTECA ALCÂNTARA (1) CONTRATAÇÃO EMPREITADA EMPREITADA E LIGAÇÕES										
ESCOLA EB1 Nº 60 + J1 - ALEX RODR FREITAS (1) CONTRATAÇÃO EMPREITADA EMPREITADA E LIGAÇÕES										
ESCOLA EB1 Nº 30 - MOINHOS DO RESTELO (1) CONTRATAÇÃO EMPREITADA EMPREITADA E LIGAÇÕES										
ESCOLA EB1 Nº 63 - BAIRRO DO RESTELO (1) CONTRATAÇÃO EMPREITADA EMPREITADA E LIGAÇÕES										
ESCOLA EB1 Nº 147 + J1 DE CASELAS (1) CONTRATAÇÃO EMPREITADA EMPREITADA E LIGAÇÕES										
ESCOLA EB VITOR PALLA (1) CONTRATAÇÃO EMPREITADA EMPREITADA E LIGAÇÕES										
ESCOLA EB SAMPAIO GARRIDO (1) CONTRATAÇÃO EMPREITADA EMPREITADA E LIGAÇÕES										
PSA MARTIM MONIZ PROJETO CONTRATAÇÃO EMPREITADA EMPREITADA E LIGAÇÕES										

(1) Planeamento elaborado com base nas datas definidas pelos serviços municipais para conclusão dos projetos.

2.2. PLANO DE INVESTIMENTO - ADITAMENTO

Unidade: €

	ÁREAS (M2)	ATÉ 2013	2014 ESTIMA	2015 PREVI	2016 PREVI	TOTAL
REABILITAÇÃO ESPAÇO PÚBLICO	47.050	0	0	360.242	2.801.829	3.162.071
REABILITAÇÃO EDIFÍCIOS MUNICIPAIS	-	0	0	45.970	17.435.646	17 481.616
TOTAL	-	0	0	406.212	20.237.475	20.643.687

2.3. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS - ADITAMENTO

Unidade: €

	2013 REAL	2014 ESTIMA	2015 PREVI	2016 PREVI
RENDIMENTOS E GASTOS				
SUBSIDIOS À EXPLORAÇÃO	0	0	406.212	20.237.475
FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS - SUBCONTRATOS	0	0	406.212	20.237.475

Alc
7-7.

2.4. ORÇAMENTOS DE TESOURARIA - ADITAMENTO

Unidade: €					
	2013	2014	2015	2016	
	REAL	ESTIMA	PREVI	PREVI	
1. DESPESAS					
1.1. DESPESAS DE REABILITAÇÃO URBANA (1)					
REABILITAÇÃO ESPAÇO PÚBLICO	0	0	406.212	20.237.475	
REABILITAÇÃO EDIFÍCIOS MUNICIPAIS	0	0	360.242	2.801.829	
TOTAL DAS DESPESAS	0	0	45.970	17.435.646	
2. RECEITAS					
CONTRATO-PROGRAMA CML / SRU	0	0	406.212	20.237.475	
TOTAL DAS RECEITAS	0	0	406.212	20.237.475	

(1) Plano de Investimento

2.5. BALANÇOS - ADITAMENTO

Unidade: €					
	2013	2014	2015	2016	
	REAL	ESTIMA	PREVI	PREVI	
ATIVO					
CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS	0	0	60.932	3.035.621	
TOTAL DO ATIVO	0	0	60.932	3.035.621	
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO					
PASSIVO					
PASSIVO CORRENTE	0	0	60.932	3.035.621	
FORNECEDORES	0	0	60.932	3.035.621	
TOTAL PASSIVO	0	0	60.932	3.035.621	
TOTAL CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO	0	0	60.932	3.035.621	

2.6. CONTRATO-PROGRAMA

MUNICÍPIO DE LISBOA / SRU (Minuta)

Ponto 4 da Deliberação Nº ____ / CM / 2015

Am
7.7.



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

CONTRATO-PROGRAMA MUNICÍPIO DE LISBOA / SRU

(MINUTA)

Considerando que:

1. A LISBOA OCIDENTAL, SRU – SOCIEDADE DE REABILITAÇÃO URBANA, EM, SA, abreviadamente designada, doravante, por SRU é uma empresa local de promoção do desenvolvimento local e regional, nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 48º do Regime Jurídico da Atividade Empresarial Local (Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto) (Lei 50/2012), constituída pelo Município de Lisboa em 2004, que tem como objeto principal promover a reabilitação urbana
2. Pela Deliberação nº 558/CM/2014, de 8 de outubro, foi alargado o objeto social da SRU, com alteração do artigo 3º dos Estatutos da SRU, que passou a abarcar a promoção de intervenções de reabilitação do espaço público, renovação das infraestruturas e reabilitação de edifícios na área de reabilitação urbana de Lisboa das quais seja encarregue pela Câmara Municipal de Lisboa estabelecendo a alínea g) do n.º 1 do artigo 4º dos estatutos da empresa que constituem atribuições e competências da SRU exercer todas as atividades que lhe venham a ser cometidas pela Câmara Municipal de Lisboa.
3. A Câmara Municipal deliberou encarregar a SRU de realizar um conjunto de intervenções de reabilitação urbana de edifícios e de espaços públicos, conforme patenteado no Anexo A do presente contrato, inscrito também na alteração ao Plano e Orçamento 2015 apresentada ao Executivo;
4. O artigo 50º da Lei 50/2012 prevê que as empresas locais de promoção do desenvolvimento local e regional, entre as quais se encontra a Lisboa Ocidental, possam celebrar contratos-programa com as entidades públicas participantes, os quais deverão especificar os montantes dos subsídios à exploração que aquelas empresas têm direito a receber.
5. O artigo 26 dos Estatutos da SRU define que a Empresa celebrará com o Município contratos-programa onde se definirão, nomeadamente, as funções de desenvolvimento económico local que lhe cabe desempenhar bem como o montante das comparticipações a que terá direito em contrapartida das obrigações assumidas.
6. Os apoios financeiros do Município necessários para que a Lisboa Ocidental possa realizar as intervenções de reabilitação urbana referidas no ponto 3 supra constituem subsídios à exploração, uma vez que as sociedades de reabilitação urbana não são empresas municipais



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

de promoção imobiliária e a sua intervenção no mercado não tem em si mesmo uma finalidade lucrativa que lhe permita prosseguir as suas atribuições com independência financeira em relação aos Municípios que as criaram. Sendo certo, aliás, que a função social e administrativa destas Sociedades (que compreende desde competências de controlo prévio de operações urbanísticas até à realização de obras coercivas de reabilitação) as impede de se autossustentarem, atendendo, designadamente, ao carácter não mercantil do seu objeto social e aos custos das tarefas que nelas foram delegadas pelos Municípios.

7. A atribuição do subsídio à exploração à SRU não dispensa que esta empresa promova a apresentação de candidaturas junto do Portugal 2020 ou de outros programas de apoio, sendo que das eventuais aprovações obtidas resultará uma diminuição de mesmo valor no subsídio atribuído pela Município;
8. O nº5 do artigo 47º da Lei 50/2012 de 31 de Agosto, estabelece que os contratos-programa são aprovados pelo Deliberativo sob proposta do órgão executivo, sendo também sujeitos a visto prévio quando o valor assim o justifique bem como o envio à Inspeção-geral de Finanças.
9. Em cumprimento do disposto na alínea c) do nº 6 do art.º 25º da Lei nº 50/2012, de 31 de agosto, o presente contrato-programa foi objeto de parecer prévio favorável por parte do Fiscal Único da SRU, EM SA.
10. O presente contrato-programa foi aprovado em minuta pela Câmara Municipal de Lisboa na sua reunião de ** de (mês) de 2015 e através da deliberação nº **/**/2015 e pelo Conselho de Administração da SRU, no exercício das suas competências estatutárias, através da deliberação nº **/**/2015, aprovada na reunião de ** de (mês) de 201*.

Entre

Município de Lisboa, pessoa coletiva n.º 500 051 070, com sede nos Paços do Concelho, Praça do Município, 1100-365 Lisboa, através do seu órgão executivo, Câmara Municipal de Lisboa, neste ato representado pela Exmo. Senhor Vereador Arq. Manuel Salgado, poderes para o efeito, nos termos do Despacho n.º 42/P/2015 de 21/05/2015, publicado no 4º Suplemento ao Boletim Municipal n.º 1110, de 28 de Maio de 2015, na qualidade de PRIMEIRA OUTORGANTE, adiante designada por **Município**

E

LISBOA OCIDENTAL, SRU – SOCIEDADE DE REABILITAÇÃO URBANA, EM, SA, com sede na Rua da



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

Correnteza, n.º 9, 1400-077 LISBOA, com o capital social de 2.000.000€ (dois milhões de euros), NIPC 507023129, representada pela Presidente do Conselho de Administração, Dra. Teresa do Passo, com domicílio profissional na morada acima referida, titular do cartão de cidadão número 8194235, válido até 27.07.2019, cuja qualidade e suficiência de poderes para o ato foi verificada através de certidão permanente com o código de acesso 6650-3058-1110, doravante **SRU**.

É celebrado o presente **CONTRATO-PROGRAMA**, em observância do disposto no artº 50º da Lei nº 50/2012, de 31 de agosto, e no artigo 26º dos Estatutos da **SRU**, que se regerá pelo definido nas seguintes cláusulas:

Cláusula 1ª

Objeto

1. O Contrato tem como objeto a realização por parte da SRU de dezassete Intervenções de Reabilitação Urbana de Edifícios e Espaços definidas, valorizadas e planeadas conforme patenteado no Anexo A deste contrato e sua parte integrante.
2. A execução das Intervenções de Reabilitação Urbana objeto deste Contrato englobam todas as atividades indispensáveis à reabilitação dos referidos edifícios e espaços públicos, nomeadamente, a elaboração de projetos e execução, gestão e fiscalização das obras de reabilitação, inscrevendo-se as principais do Anexo A.
3. Para que a SRU disponha dos meios financeiros para a execução das intervenções programadas, o Município concederá, nos termos previstos no art.º 50º da Lei nº 50/2012, de 31 de Agosto, a título de apoio financeiro, um subsídio à exploração conforme disposições da cláusula 5ª do presente contrato.

Cláusula 2ª

Missão e responsabilidades da SRU

1. No âmbito do presente Contrato, é missão da SRU contribuir para o desenvolvimento local, promovendo a valorização patrimonial, cultural e turística da Cidade e o bem-estar, segurança e qualidade de vida dos seus habitantes, através da realização das Intervenções de Reabilitação Urbana de Edifícios e Espaços Públicos identificadas no número anterior

CLÁUSULA 3ª

Fundamento e finalidade

1. O fundamento da necessidade do estabelecimento da presente relação contratual alicerça-se:



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

- 1.1. Na experiência adquirida pela empresa em intervenções de reabilitação urbana;
 - 1.2. No conhecimento adquirido pela empresa no contacto direto com a comunidade local ao longo do tempo e problemáticas específicas associadas a ações concretas de reabilitação urbana.
2. A finalidade do contrato programa materializa-se na criação de condições para que a SRU desenvolva o seu objetivo estatutário que é o de desenvolver ações de reabilitação urbana em Lisboa.

CLÁUSULA 4ª

Objetivos Sectoriais e Indicadores de Realização

1. São considerados os seguintes objetivos sectoriais:
 - 1.1. Promover a reabilitação urbana;
 - 1.2. Melhorar as condições de qualidade de vida e bem-estar da população, com a requalificação do tecido urbano.
2. São fixados os seguintes indicadores de realização para aferição da eficácia e da eficiência da ação desenvolvida:
 - 2.1. As atividades referidas no número 2 da Cláusula 1ª inscrevem-se no objetivo setorial de promoção da reabilitação urbana e são discriminadas no Anexo A – Programação de Atividades, cuja eficácia de execução é dada por:
 - 2.1.1. Muito Eficaz – Conclusão das atividades até às datas planeadas ou com um atraso não superior a um mês;
 - 2.1.2. Eficaz – Conclusão das atividades até um trimestre após as datas planeadas;
 - 2.1.3. Ineficaz – Conclusão das atividades em datas posteriores a um trimestre após as datas planeadas, salvo se este atraso não for imputável à SRU, caso em que a execução se classificará como Eficaz.
 - 2.2. As intervenções referidas no nº 1 da cláusula têm um custo evidenciado no Anexo A – Programação Financeira, sendo a eficiência da sua execução dada por:
 - 2.2.1.2. Muito Eficiente – Executar o conjunto das atividades utilizando recursos financeiros totais não superiores a 90% dos valores planeados;
 - 2.2.2. Eficiente – Executar o conjunto das atividades utilizando recursos financeiros com uma diferença total para mais não superior a 15% dos valores planeados;



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

2.2.3. Ineficiente – Executar as atividades utilizando recursos financeiros com uma diferença total para mais superior a 15%, dos valores planeados, salvo se o desvio não for imputável à SRU, caso em que a execução se classificará como Eficiente.

CLÁUSULA 5ª

Subsídio de Exploração

1. O Município atribuirá à SRU um subsídio à exploração no valor global de 33.900.000 euros (trinta e três milhões e novecentos mil euros) não sujeito a IVA, nos termos e com a finalidade indicados na cláusula 1ª, nº 1, de acordo com a seguinte previsão de repartição anual de encargos:
 - 1.1. Em 2015, um montante até 406.212 euros (quatrocentos e seis mil, duzentos e doze euros);
 - 1.2. Em 2016, um valor até 20.237.475 euros (vinte milhões, duzentos e trinta e sete mil quatrocentos e setenta e cinco euros);
 - 1.3. Em 2017, um valor de até 13.256.313 euros (treze milhões, duzentos e cinquenta e seis mil, trezentos e treze euros).
2. A transferência do subsídio à exploração para a SRU, processar-se-á de acordo com os seguintes procedimentos:
 - 2.1. A título de adiantamento, até 2.500.000.00€ (dois milhões e quinhentos mil euros) quando a SRU apresente comprovativo de início de concretização do programa de intervenções;
 - 2.2. A título de reembolso de despesa executada e paga certificada pelo Fiscal Único, devendo os respetivos pedidos serem efetuados numa base trimestral ou sempre que a despesa executada e por si paga ultrapasse o valor 1.500.000.00€ (um milhão e quinhentos mil euros);
 - 2.3. A execução referida na alínea anterior é comprovada por documentos da despesa realizada e paga, nomeadamente, faturas e recibos ou documentos de quitação de valor probatório equivalente, que deverão encontrar-se arquivados em dossiers que ficarão disponíveis na SRU, sendo a instrução do pedido feita conforme Anexo B;
 - 2.4. O valor acumulado dos pagamentos realizados ao abrigo das alíneas 2.1) e 2.2) não pode ultrapassar o valor total do subsídio à exploração previsto neste contrato.
3. O valor do subsídio de exploração pode ser objeto de redução, sem mais formalidades, nas se-



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

guintes circunstâncias e na devida proporção:

- 3.1. Obtenção de apoios financeiros no âmbito de qualquer programa de apoio, designadamente, dos incluídos no novo período de Programação dos Fundos Estruturais e de Investimento 2014-2020;
- 3.2. Redução do valor previsto para as intervenções em função dos custos reais apurados.
4. O subsídio à exploração poderá ainda ser objeto de redução, sem mais formalidades, sempre que se preveja que o nível de meios libertos pela exploração global da empresa em cada ano dispensa, total ou parcialmente, a sua necessidade para se garantir o equilíbrio de resultados;
5. O montante da repartição de encargos será anualmente ajustado à efetiva execução do contrato, conforme disposições desta cláusula, podendo haver transição de saldos não executados para o ano seguinte até ao limite do prazo de execução previsto na cláusula 6ª;
6. Na execução do contrato admite-se também a possibilidade de ajustamento, desde que compensado entre si, entre os valores de cada ação programada;
7. O encargo financeiro decorrente do presente Contrato tem enquadramento orçamental na rubrica 07.01/ 08.01.01.01. do orçamento vigente, com inscrição na ação do Plano D1 P003.08 - Reabilitação Urbana – SRU, e tem o compromisso sequencial n.º, para 2015, com registo em sistema contabilístico dos compromissos plurianuais para anos seguintes.

CLÁUSULA 6ª
Calendarização

1. A execução das intervenções programadas no presente contrato-programa estará concluída até 31/12/2017, admitindo-se um prazo adicional até 28/02/2018 para conclusão da faturação e respetivos pagamentos pela SRU e até 15/04/2018 das correspondentes transferências pelo Município;
2. As transferências a fazer ao abrigo do presente contrato acompanham a execução das ações previstas na cláusula 1ª podendo ser ajustadas anualmente conforme disposições da cláusula 5ª.



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

Cláusula 7ª
Obrigação do Município

Constitui obrigação do Município assegurar o pagamento à SRU do valor previsto na cláusula 5ª no prazo de trinta dias contados a partir da entrega ao Município dos pedidos de reembolso instruídos de acordo com as normas previamente definidas e nos termos do Anexo B.

Cláusula 8ª
Obrigações da SRU

1. Constituem obrigações da SRU:
 - 1.1. Realizar, acompanhar, controlar e fiscalizar a execução de todas as ações objeto do presente contrato, e garantir perante o Município o cumprimento das obrigações assumidas no presente contrato;
 - 1.2. Executar as ações objeto do presente contrato nos termos e dentro dos prazos previstos justificando, em tempo oportuno, todos os desvios que venham a ocorrer com proposta de ações corretivas, avaliando o respetivo impacto na execução física e financeira do objeto do Contrato;
 - 1.3. Apresentar candidaturas elegíveis para co-financiamento das ações previstas no presente contrato por programas operacionais incluídos no Portugal 2020 ou noutros programas de apoio de natureza nacional ou comunitária;
 - 1.4. Comunicar qualquer alteração ou ocorrência que ponha em causa os objetivos do projeto com a devida justificação e proposta de atuação subsequente;
 - 1.5. Organizar o dossier das ações objeto do presente contrato-programa de acordo com as normas a ser definidas pelo Município, que integrará toda a documentação técnica, contabilística e financeira devidamente identificada com a respetiva referência conforme ao objeto deste Contrato-Programa que comprove a respetiva realização física e financeira;
 - 1.6. Por si, ou através dos seus representantes legais ou institucionais, permitir o acesso aos locais de realização das ações e àqueles onde se encontrem os elementos referidos na alínea anterior, para efeitos de acompanhamento, controlo e auditoria pelo Município ou entidade que este designe para o efeito;
 - 1.7. Manter a sua situação regularizada perante a administração fiscal e segurança social



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

- 1.8. Apresentar no máximo até 1/03/2018, o pedido de pagamento do saldo final, com toda a documentação relevante, bem como os extratos contabilísticos que evidenciem o registo do custo total de cada ação objeto do presente contrato;
- 1.9. Proceder à restituição dos montantes indevidamente pagos ou não justificados que se possa verificar existirem no apuramento final de contas;
- 1.10. Cumprir todas as disposições legais e regulamentares que forem aplicáveis às ações objeto do presente Contrato, designadamente em matéria de contratação pública, evidenciando claramente a articulação entre a despesa declarada e o processo de adjudicação adotado.

CLÁUSULA 9ª
Avaliação Periódica

1. O presente Contrato Programa será alvo de avaliação periódica devendo a SRU elaborar relatórios semestrais de execução, conforme Anexo C, em que deve constar:
 - a) Informação sobre os principais aspetos da execução das atividades abrangidas pelo Contrato-Programa, explicitando a evolução do estado das obras e prioridade estabelecida, indicando eventuais dificuldades e problemas;
 - b) Avaliação dos indicadores definidos na cláusula 3ª, nº3;
 - c) A análise de eventuais desvios económicos e financeiros e respetiva justificação;
2. O Fiscal Único deverá emitir parecer sobre o relatório referido no número anterior.

CLÁUSULA 10ª
(Entrada em Vigor e Duração)

1. O presente Contrato Programa produz efeitos a partir da data do visto prévio ou declaração de conformidade do Tribunal de Contas.
2. O presente Contrato Programa vigora até a confirmação da aceitação pelo Município do relatório e saldo finais.

CLÁUSULA 11ª
Foro competente

Para dirimir qualquer litígio emergente do presente contrato programa as partes convencionam como competente o Foro da comarca de Lisboa, com expressa renúncia a qualquer outro.



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

CLÁUSULA 12ª
Disposições finais

Em tudo o que não esteja expressamente previsto no presente contrato programa aplicar-se-ão os princípios estabelecidos na Lei nº 50/2012, de 31 de agosto, que aprovou o Regime Jurídico do Setor Empresarial Local.

Cláusula 13ª
Anexos

1. Constituem anexos ao presente Contrato, dele fazendo parte integrante:
 - 1.1. Anexo A – Intervenções de Reabilitação Urbana – Programação Financeira e de Atividades;
 - 1.2. Anexo B – Modelo de prestação de contas para reembolsos
 - 1.3. Anexo C – Modelo de Relatório Semestral;
 - 1.4. Anexo D – Parecer do Fiscal Único

O presente contrato-programa é feito em duplicado, ficando um exemplar na posse de cada uma das Outorgantes, possui todas as folhas rubricadas e vai ser assinado em:

Lisboa aos ____ do mês de _____ de 2015.

MUNICÍPIO DE LISBOA

Manuel Sande e Castro Salgado

Vereador do Planeamento, Urbanismo, Reabilitação Urbana e Espaço Público

LISBOA OCIDENTAL, SRU – SOCIEDADE DE REABILITAÇÃO URBANA, EM, SA

Teresa do Passo

Presidente do Conselho de Administração



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

ANEXO A

Contrato-Programa MUNICÍPIO DE LISBOA / SRU

INTERVENÇÕES DE REABILITAÇÃO URBANA - PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA (2015-2017)

À data de: junho/2015

	2015		2016				2017				TOTAL
	3º TRIM	4º TRIM	1º TRIM	2º TRIM	3º TRIM	4º TRIM	1º TRIM	2º TRIM	3º TRIM	4º TRIM	
EDIFÍCIOS SERVIÇOS											
MUDE - MUSEU DO DESIGN E DA MODA (1)	0	0	1.420.290	2.130.436	3.550.726	3.550.726	2.130.436	1.420.290	0	0	14.202.904
BIBLIOTECA DE ALCÂNTARA (1)	0	0	0	256.070	384.105	640.175	768.210	512.140	0	0	2.560.700
ESCOLA EB1º 60 + J1 - ALEX RODR FREITAS (1)	0	0	93.223	139.834	279.668	279.668	139.834	0	0	0	932.228
ESCOLA EB1º 30 - MOINHOS DO RESTELO (1)	0	0	0	0	250.639	375.959	751.918	751.918	375.959	0	2.506.395
ESCOLA EB1º 63 - BAIRRO DO RESTELO (1)	0	0	0	319.101	478.652	797.753	797.753	478.652	319.101	0	3.191.012
ESCOLA EB1º 147 + J1 DE CASELAS (1)	0	0	0	0	201.208	301.812	603.623	603.623	301.812	0	2.012.078
ESCOLA EB VITOR PALLA (1)	0	0	0	200.000	300.000	500.000	500.000	300.000	200.000	0	2.000.000
ESCOLA EB SAMPAYO GARRIDO (1)	0	0	0	157.866	236.798	394.664	394.664	236.798	157.866	0	1.578.655
PSA MARTIM MONIZ (1)	22.985	22.985	0	0	78.509	117.763	157.017	196.272	157.017	78.509	831.057
SOMA	22.985	22.985	1.513.513	3.203.307	5.760.306	6.958.520	6.243.456	4.499.694	1.511.755	78.509	29.815.030
ESPAÇOS PÚBLICOS - PRAÇAS E RUAS											
LARGODA IGREJA DA MEMÓRIA (2)	36.900	36.900	0	174.498	407.162	348.996	232.664	0	0	0	1.237.120
CAIÇADA DA AJUDA (CONTINUAÇÃO) (2)	15.941	0	50.255	125.639	75.383	0	0	0	0	0	267.218
LARGO DA BOA-HORA À AJUDA (2)	9.348	9.348	9.348	0	88.412	221.031	132.618	0	0	0	470.106
ESTRADA DE CASELAS (2)	29.520	29.520	0	0	87.162	217.904	130.742	0	0	0	494.848
RUA DOS CORDOZEIROS A PEDROUÇOS (2)	11.070	11.070	0	0	32.686	81.714	49.028	0	0	0	185.568
RUA BARTOLOMEU DIAS (2)	16.826	16.826	0	0	49.682	124.205	74.523	0	0	0	282.063
RUA DE PEDROUÇOS (2)	43.394	43.394	0	0	128.128	320.319	192.191	0	0	0	727.427
LARGO DO RIO SECO (1)	25.092	25.092	0	0	74.087	185.218	111.131	0	0	0	420.621
SOMA	188.092	172.151	59.603	300.137	942.702	1.499.387	922.899	0	0	0	4.084.970
TOTAL	211.077	195.136	1.573.117	3.503.443	6.703.007	8.457.908	7.166.355	4.499.694	1.511.755	78.509	33.900.000
TOTAL ANUAL	-	406.212	-	-	-	20.237.475	-	-	-	13.256.313	33.900.000

(1) Custos de reabilitação estimados pelos serviços municipais.

(2) Custos de reabilitação estimados pela SRU. Nas situações em que não existem (ou não estão disponíveis) estudos ou projetos, os valores foram estimados com base nos custos médios por m2 das empreitadas da SRU e em áreas aproximadas.

INTERVENÇÕES DE REABILITAÇÃO URBANA – PROGRAMAÇÃO de ATIVIDADES (2015-2017)

À data de: junho/2015

	2015					2016					2017									
	M	J	J	A	S	O	N	D	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D
EDIFÍCIOS SERVIÇOS																				
MUDE - MUSEU DO DESIGN E DA MODA (1)																				
CONTRATAÇÃO EMPREITADA																				
EMPREITADA E LIGAÇÕES																				
BIBLIOTECA ALCÂNTARA (1)																				
CONTRATAÇÃO EMPREITADA																				
EMPREITADA E LIGAÇÕES																				
ESCOLA EB1 Nº 60 + J1 - ALEX RODR FREITAS (1)																				
CONTRATAÇÃO EMPREITADA																				
EMPREITADA E LIGAÇÕES																				
ESCOLA EB1 Nº 30 - MOINHOS DO RESTELO (1)																				
CONTRATAÇÃO EMPREITADA																				
EMPREITADA E LIGAÇÕES																				
ESCOLA EB1 Nº 63 - BAIRRO DO RESTELO (1)																				
CONTRATAÇÃO EMPREITADA																				
EMPREITADA E LIGAÇÕES																				

[illegible]

(1) Planeamento elaborado com base nas datas definidas pelos serviços municipais para conclusão dos projetos.

(2) Não inclui o Estudo Prévio, uma vez que este será elaborado, aprovado e entregue à SRU pela CML para posterior desenvolvimento.



CONTRATO-PROGRAMA MUNICÍPIO DE LISBOA / SRU
Prestação de contas - pedido de reembolso

Ação / dados	Sub-ação (1)	Início	Fim	Valor total (2)	Fornecedor		Fatura nº	Data	Valor	Rubrica /Classificação (3)	Recibo / equivalente	Data	Nº lançamento
					NIPC	Nome							
Ação 1													
TOTAL													
Ação 2													
...													

(1) A organizar/desagregar em códigos de sub-ações, por intervenção / contratação, conforme trabalhos específicos envolvidos em cada ação (empreitada, projeto,...); o início, fim e valor contratado serão apresentados por sub-ação com desagregação de todos os valores relativos à respetiva execução em cada período

(2) Valor resultante da contratação envolvido em cada sub-ação

(3) Identificação da natureza da despesa – projeto/ obra/ fiscalização /acompanhamento/(...)



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

ANEXO B

Valor do reembolso pretendido: _____

Assinatura do CA _____, em ____/____/____

Parecer do fiscal único:

Assinatura do fiscal Único _____, EM ____/____/____

A preencher pelo Município:

Valor da transferência pelo Município: _____

Informado por: _____, em ____/____/____

Autorizado por: _____, em ____/____/____

AP nº _____, em ____/____/____

Recibo nº : _____, em ____/____/____



CONTRATO-PROGRAMA MUNICÍPIO DE LISBOA / SRU

RELATÓRIO DE EXECUÇÃO SEMESTRAL

SEMESTRE ____/____

1. Introdução

2. Síntese Financeira e Execução das ações previstas no plano de reabilitação, conservação e beneficiação (2015-17)

	Sub-ação	Estado de adiantamento (1)	Desvio execu- ção física (2)	Valor total	Faturação semestre (3)	Faturação total (3)	Pagamentos semestre (3)	Pagamentos total (3)	Desvio fi- nanceiro (2)	Previsão faturação próximo semestre	Previsão pagamentos próximo semestre	Valor m2 (2)
Ação 1	Sub-ação 1.1											
	Sub- ação 1.2											
Total Ação 1												
Ação 2												
...												

(1) Execução, à data, em % com base nos autos / faturação

(2) Conforme indicadores de acompanhamento e avaliação do contrato-programa (cláusula 4ª)

(3) Conforme pedidos de reembolso entregues



ANEXO C

Sumário das ações desenvolvidas e indicadores do Quadro incluindo avaliação da eficiência e eficácia e análise de eventuais desvios económicos e financeiros e respetiva justificação. Notas qualitativas adicionais designadamente quanto aos principais aspetos da execução das atividades abrangidas pelo Contrato-Programa, evolução do estado das intervenções e prioridades estabelecidas, eventuais riscos (que possam afetar a execução física e financeira), dificuldades e problemas; análise de eventuais desvios económicos e financeiros e respetiva justificação; identificação de eventuais riscos.

	Valor semestre	Valor acumulado	Desvio face ao previsto
Pedidos de reembolso apresentados			
Transferências recebidas			
Saldo por receber			

3. Conclusões

Sinopse geral ressaltando os aspetos mais importantes da execução do Contrato-programa no semestre e acumulado

Assinatura do CA _____, em ____/____/____

Parecer do fiscal Único

Assinatura do fiscal Único _____, em ____/____/____



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

ANEXO D

PARECER DO FISCAL UNICO

3. PARECER DO FISCAL ÚNICO

[Handwritten signature]
72

**PARECER DO FISCAL ÚNICO
SOBRE OS INSTRUMENTOS DE GESTÃO PREVISIONAL
(ADITAMENTO)**

INTRODUÇÃO

1. Para os efeitos do disposto na alínea j) do n.º 6 do artigo 25º da Lei n.º 50 / 2012, de 31 de Agosto, apresentamos o nosso parecer sobre o aditamento aos instrumentos de gestão previsional para o exercício de 2015, da **Lisboa Ocidental – Sociedade de Reabilitação Urbana E.M.**, consistindo nos planos plurianuais e anuais de atividades, investimento e financeiros, orçamento anual de investimentos, orçamento anual de exploração, orçamento anual de tesouraria e balanço previsional.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação e a apresentação da informação previsional, a qual inclui a identificação e divulgação dos pressupostos mais significativos que lhe serviram de base.

3. A nossa responsabilidade consiste em verificar a consistência e adequação dos pressupostos e estimativas contidos nos instrumentos de gestão previsional acima referidos, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso trabalho.

ÂMBITO

4. O trabalho a que procedemos teve como objetivo obter uma segurança moderada quanto a se a informação previsional contida nos instrumentos de gestão anteriormente referida está isenta de distorções materialmente relevantes. O nosso trabalho foi efetuado com base nas Normas Técnicas e Diretrizes de Revisão/Auditoria emitidas pela Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, planeado de acordo com aquele objetivo, e consistiu:

a) Principalmente, em indagações e procedimentos analíticos destinados a rever:

- a fiabilidade das asserções constantes da informação previsional;
- a adequação das políticas contabilísticas adotadas, tendo em conta as circunstâncias e a consistência da sua aplicação;
- a adequação da apresentação da informação previsional;

b) Na verificação das previsões constantes dos documentos em análise, com o objetivo de obter uma segurança moderada sobre os seus pressupostos, critérios e coerência.

5. Entendemos que o trabalho efetuado proporciona uma base aceitável para a emissão do presente parecer sobre os instrumentos de gestão previsional.

PARECER

6. Com base no trabalho efetuado sobre a evidência que suporta os pressupostos da informação financeira previsional dos documentos acima referidos, o qual foi executado tendo em vista a obtenção de um nível de segurança moderado, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que tais pressupostos não proporcionem uma base aceitável para aquela informação e que tal informação não tenha sido preparada e apresentada de forma consistente com as políticas e princípios contabilísticos normalmente adotados pela entidade.

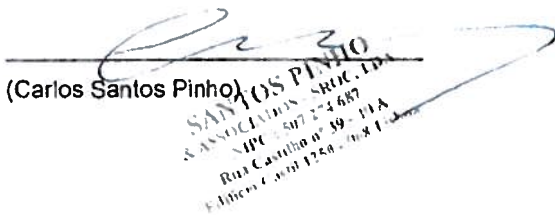
7. Devemos contudo advertir que frequentemente os acontecimentos futuros não ocorrem da forma esperada, pelo que os resultados reais poderão vir a ser diferentes dos previstos e as variações poderão ser materialmente relevantes.

Lisboa, 15 de junho de 2015

Santos Pinho & Associados, SROC, Lda. - SROC n.º 196

representada por

Carlos Santos Pinho - ROC n.º 1186


(Carlos Santos Pinho)
SANTOS PINHO
& ASSOCIADOS - SROC, Lda.
NIPC 507 274 687
Rua Castilho n.º 39 - 1.º A
Edifício Castilho 1250-068 Lisboa



Câmara Municipal de Lisboa
Direcção Municipal de Finanças
Departamento de Contabilidade

397/2015

Declaração de Fundos Disponíveis válida até 30.06.2015

Nº

680 /2015

O correspondente compromisso orçamental deve ser efectuado pelo serviço promotor até à data de validade.

Documento de suporte ao pedido:

PROPOSTA 397/2015	5315004575	406.212.00€
		406.212.00€

Para cumprimento da Lei nº 8/2012 de 21 de Fevereiro, conjugada com o Decreto-Lei 127/2012, de 21 de Junho, declara-se o seguinte:

Valor a comprometer na N07.00

406.212.00€

Confirmo assim com base nestes pressupostos, a existência de fundos disponíveis nesta data.

Lisboa, 23 de Junho de 2015

O Director de Departamento de Contabilidade

Carlos Gabriel



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

CML - Sede Social: Paços do Concelho - Praça do Município - 1149-014 Lisboa
Contribuinte Nº 500 051 070

ORÇAMENTO 2015

Data Lanç.: 23.06.2015

Data Doc.: 23.06.2015

Doc. Origem: PROP 397/2015

Descrição: REABILITAÇÃO URBANA EDIFÍCIOS E ESPAÇOS PÚBLICOS

Orgânica: N07.00

D.M. PLAN,REAB E GESTÃO URBANÍSTICA

Nº Cabimento: 5315004575

NUP: 615002470

Funcional: _____

Moeda: EUR

Económica	Código do Plano	Orçamento Inicial	Refor./Anula.	Orçam. Corrigido	Despesas Pagas	Encar. Assumidos	Saldo Disponível	Desp. Emergente	Saldo Residual
08.01.01.01	D1.P003.08	0,00	406.212,00	406.212,00	0,00	0,00	406.212,00	406.212,00	0,00
	Totais	0,00	406.212,00	406.212,00	0,00	0,00	406.212,00	406.212,00	0,00

Total do Valor Cabimentado 406.212,00

Procedimento Adequado em Função do Valor _____

Procedimento Seguido _____ Doc. Justificativo _____

Competência P/ Autorização _____

Contrato Escrito _____

Visto Tribunal de Contas _____

Comunicação Adicional T. C. _____

Exigido [] Não Exigido []
Exigido [] Não Exigido []
Exigido [] Não Exigido []

Data: 23.06.2015 Hora: 10:56:09

Pág: 1 / 1

Unit: CNEVES

Visto

PROCESSADO POR COMPUTADOR

Prop. nº 397/2015
23.06.2015



ATA EM MINUTA

Nos termos e para os efeitos do artigo 57º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, bem como o disposto no artigo 19º nº 2 do Regimento da CML, foram aprovadas na Reunião Extraordinária de Câmara de 24 de junho de 2015, as propostas a seguir discriminadas, constituindo o presente documento, bem como os originais dos referidos documentos, a ata em minuta:

Proposta n.º 395/2015 (Subscrita pelo Sr. Vereador Manuel Salgado)

Aprovar e submeter à apreciação da Assembleia Municipal o lançamento de uma hasta pública para alienação dos terrenos da antiga Feira Popular, nos termos da proposta;

(Adiada)

Proposta n.º 299/2015 (Subscrita pelos Srs. Vereadores João Paulo Saraiva e Manuel Salgado)

Aprovar e submeter à aprovação da Assembleia Municipal, o Relatório da Liquidação e as Demonstrações Financeiras da EPUL, reportados à data de 31 de dezembro de 2014, que contêm as contas e a respetiva reversão para o Município de Lisboa de todos os direitos, ativos, obrigações e passivos, no âmbito do processo de internalização da atividade da empresa dissolvida, nos termos da proposta;

(Adiada)

Proposta n.º 396/2015 (Subscrita pelos Srs. Vereadores João Paulo Saraiva e Manuel Salgado)

Apreciar favoravelmente o Plano de Atividades e Orçamento 2015 EMEL – Empresa Municipal de Mobilidade e Estacionamento de Lisboa, E.M., S.A., que substitui, integralmente o anteriormente aprovado, bem como mandar o representante do Município de Lisboa para o votar favoravelmente, nos termos da proposta;

Aprovada por maioria com a seguinte votação:	A favor	Contra	Abstenções
	7 (5PS e 2Ind.)	2 (PCP)	4 (3PPD/PSD e 1CDS/PP)



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

Proposta n.º 397/2015 (Subscrita pelos Srs. Vereadores João Paulo Saraiva e Manuel Salgado)

Deliberar encarregar a SRU – Sociedade de Reabilitação Urbana, EM, SA de promover o conjunto de intervenções de reabilitação urbana, apreciar o Aditamento ao Plano de 2015 e mandar o representante do Município de Lisboa para o votar favoravelmente, bem como aprovar e submeter à Assembleia Municipal a minuta de Contrato-Programa e a assunção do compromisso plurianual dele constante, nos termos da proposta;

Aprovada por maioria com a seguinte votação:	A favor	Contra	Abstenções
	10 (7PS e 3Ind.)	2 (PCP)	4 (3PPD/PSD e 1CDS/PP)

Proposta n.º 398/2015 (Subscrita pelos Srs. Vereadores João Paulo Saraiva e Paula Marques)

Apreciar a alteração Plano de Atividades e Orçamento da Gebalis – Empresa de Gestão do Arrendamento Social em Bairros Municipais de Lisboa, E.M. e mandar o representante do Município de Lisboa para o votar favoravelmente, bem como aprovar e submeter à Assembleia Municipal a minuta de Contrato-Programa e a assunção do compromisso plurianual dele constante, nos termos da proposta;

Aprovada por maioria com a seguinte votação:	A favor	Contra	Abstenções
	13 (8PS, 3Ind. e 2PCP)	----	4 (3PPD/PSD e 1CDS/PP)

Proposta n.º 320/2015 (Subscrita pelo Sr. Vereador João Paulo Saraiva)

Aprovar o relatório das demonstrações financeiras consolidadas de 2014 e submeter à apreciação da Assembleia Municipal, nos termos da proposta;

Aprovada por maioria com a seguinte votação:	A favor	Contra	Abstenções
	10 (8PS e 2Ind.)	5 (3PPD/PSD e 2PCP)	1 (CDS/PP)

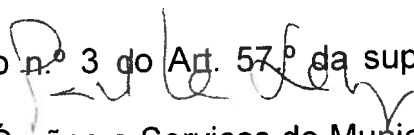


C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

Proposta n.º 400/2015 (Subscrita pelo Sr. Vereador João Afonso)

Aprovar a celebração do Protocolo de Colaboração com o Centro de Estudos Sociais, no âmbito da realização de diagnóstico e avaliação das CPCJ do Município de Lisboa, bem como a respectiva transferência de verba, nos termos da proposta;

Aprovada por maioria com a seguinte votação:	A favor	Contra	Abstenções
	15 (8PS, 3Ind., 3PPD/PSD e 1CDS/PP)	---	2 (PCP)

Nos termos do n.º 3 do Art. 57.º da supra citada Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro eu,  Directora do Departamento de Apoio aos Órgãos e Serviços do Município mandei lavrar.

Paços do Concelho, em 24 de junho de 2015

O Presidente



Fernando Medina

PROPOSTA 397/2015 - DELIBERAR ENCARREGAR A SRU – SOCIEDADE DE REABILITAÇÃO URBANA, EM, SA DE PROMOVER O CONJUNTO DE INTERVENÇÕES DE REABILITAÇÃO URBANA, APRECIAR O ADITAMENTO AO PLANO DE 2015 E MANDATAR O REPRESENTANTE DO MUNICÍPIO DE LISBOA PARA O VOTAR FAVORAVELMENTE, BEM COMO APROVAR E SUBMETER À ASSEMBLEIA MUNICIPAL A MINUTA DE CONTRATO-PROGRAMA E A ASSUNÇÃO DO COMPROMISSO PLURIANUAL DELE CONSTANTE, NOS TERMOS DA PROPOSTA;

O Sr. Vice-Presidente: - Muito obrigado. Vamos passar para a proposta 297/2015, Vereador Manuel Salgado.

O Sr. Vereador Manuel Salgado: - Muito obrigado Sr. Presidente. Portanto neste caso concreto o que se trata é de propor um contrato/programa para a SRU terá que ser submetida à Assembleia Municipal para a SRU levar a efeito um conjunto de obras no âmbito da reabilitação urbana na sequência do alargamento já da sua área de intervenção a toda a área de reabilitação urbana da cidade, já decidido pela Câmara. E na sequencia também duma primeira adjudicação que já foi feita à SRU para desenvolver do projecto do posto avançado do quartel do Regimento Sapadores de Bombeiros no Martim Minis que foi uma deliberação de Câmara de 14 de Janeiro deste ano.

Com esta intervenção da SRU há uma lista de intervenções que pretendemos ser desenvolvidas por esta empresa nomeadamente a reabilitação do MUDE cujo projecto foi elaborado pela Câmara Municipal, da biblioteca e Alcântara, de um conjunto de 6 escolas EB1, e de intervenções no espaço publico nomeadamente no Largo da Memoria, Calçada da Ajuda, o Largo da Boa Hora e depois a Estrada de Caselas, a Rua dos cordoeiros a Pedrouços, a Rua Bartolomeu Dias, a Rua de Pedrouços e largo do Rio Seco. São estas as obras que estão incluídas no contrato/programa com a SRU. Muito obrigado Sr. Presidente.

O Sr. Vice-Presidente: - Muito obrigado Sr. Vereador.
Sr. Vereador António Prôa depois o Sr. Vereador Carlos Moura.

O Sr. Vereador António Prôa: - Obrigado Sr. Presidente.

Não repetindo aquilo que referi às alterações destes instrumentos previsionais, no caso é só o plano de actividades. Em qualquer caso nós já tivemos também oportunidade de referir relativamente à SRU a nossa discordância quanto ao

alargamento do âmbito da intervenção em matéria de reabilitação urbana, nomeadamente através de substituição, que é uma realidade da Câmara relativamente às operações de reabilitação urbana. Nós entendemos que a SRU, nomeadamente esta SRU ocidental, tem que aliás agora reparo que já não se chama SRU ocidental, mas enfim. A SRU ocidental, se me permitem utilizar esta terminologia tem desenvolvido um trabalho assinalável que nós temos tido oportunidade de acompanhar na Câmara ao longo destes anos. E se por um lado vemos com preocupação que esta dispersão da SRU possa significar algum prejuízo no bom desempenho que tem dado provas ao longo destes anos. Por outro lado achamos que é uma manifestação de incapacidade da Câmara em concretizar os processos de reabilitação urbana que deveria lhe caber a si ou então que se deveria repensar o modelo de intervenção de reabilitação urbana na cidade. Esta maioria decidiu reduzir as empresas de reabilitação urbana a uma, e agora ao mesmo tempo quer aumentar o seu papel. Isso, vemos com bons olhos, aliás ao contrário daquilo que foi vontade inicial desta maioria. Mas ainda assim, o que eu queria sublinhar aqui era que já assinalámos e sublinhamos agora a nossa discordância quanto à dispersão que é cometida agora à SRU em matéria de reabilitação urbana desando de estar focada na área que tem tão bem trabalhado.

Muito obrigado.

O Sr. Vice-Presidente: - Muito obrigado Sr. Vereador. Sr. Vereador Carlos Moura.

O Sr. Vereador Carlos Moura: - Muito obrigado Sr. Presidente. Antes de mais cumprimentar a administração da SRU.

Nós, é consabido, temos uma posição de fundo em relação a esta situação que diz precisamente respeito à substituição daquilo que nós entendemos serem responsabilidades da Câmara e situações que deveriam vir a esta Câmara, e que são atribuídas a uma sociedade de reabilitação urbana. E portanto, daí sempre a nossa posição.

Dissemos também que aquando da extinção das outras SRU's que continuava sendo a nossa posição, pese embora reconhecêssemos que tudo aquilo que a Câmara havia deixado a esta SRU, então ocidental, realizar. Havia sido realizado e portanto não se tratava duma questão de pormos em causa nem o empenho nem a competência de quem nesta SRU trabalhava. E portanto percebemos perfeitamente porque aquela não foi extinta e porque é que ainda por cima é extensível o território que abarcava anteriormente. E

compreendemos isso do ponto de vista da competência do trabalho que foi realizado. Mas não compreendemos do ponto de vista das responsabilidades da Câmara e do conhecimento que a esta Câmara deve ter estas questões e ao licenciamento que deve competir a esta Câmara Municipal, e não a uma sociedade de reabilitação urbana. Daí a nossa posição e a nossa postura em relação a estes instrumentos provisionais da SRU ocidental, e esta alteração. Quer dizer, que no fundo não altera a nossa posição em relação a esta situação. Como disse nada em relação ao trabalho que é realizado pelos seus técnicos mas em relação a todo o princípio desta situação que agora existe e que, mais uma vez, mostra a completa demissão da Câmara Municipal em relação às suas responsabilidades em termos de reabilitação urbana.

O Sr. Vice-Presidente: - Muito obrigado Sr. Vereador. Sr. Vereador Manuel Salgado.

O Sr. Vereador Manuel Salgado: - Muito obrigado Sr. Presidente.

Quer dizer, é completamente errado afirmar que Câmara Municipal de demite das suas responsabilidades na área da reabilitação urbana. O nosso programa de investimentos na área de reabilitação urbana é para estes dois anos até ao final do mandato praticamente o dobro daquilo que foi o mandato anterior. E portanto, não é isso que se passa. O que se passa é que de facto o programa que temos é um programa extremamente ambicioso e por isso obriga a desmultiplicar a nossa capacidade de execução. Como eu comecei por dizer foi exactamente isso que pretendemos fazer, foi articular os planos de actividades e os investimentos pelas várias empresas municipais, e que cada uma delas desenvolva as actividades dentro da sua área específica. A EMEL na área da mobilidade, seja na mobilidade pedonal seja dos percursos pedonais assistidos, seja na área dos parques de estacionamento e dos interfaces dos transportes e da rede de pistas cicláveis, e aliás, da gestão de bicicletas partilhadas. A SRU dentro daquilo que tem feito e bem, que é a reabilitação de edifícios e a reabilitação dos espaços públicos.

Diz-se que com isto estamos a dispersar a atuação da SRU. Bom, na realidade não estamos porque se tomaram nota da lista que eu referi, praticamente todas estas intervenções são na zona ocidental da cidade de Lisboa. e se não cabem exactamente dentro do território que estava delimitado da antiga área de reabilitação urbana. No entanto, com exceção do MUDE que está na baixa e duma escola que está em Arroios, o resto são efectivamente intervenções na zona ocidental da cidade de Lisboa. e o que estamos a fazer é rentabilizar as

capacidades que existem em cada uma destas empresas, e articula-las, como eu comecei por dizer, com a capacidade que o próprio Município tem. Muito obrigado.

O Sr. Vice-Presidente: - Muito obrigado Sr. Vereador. Sr. Vereador João Paulo Saraiva.

O Sr. Vereador João Paulo Saraiva: - Não querendo prolongar esta discussão parece-me importante dizer que as empresas municipais do ponto de vista da contratação estão obrigadas à mesma legislação que a Câmara Municipal. Portanto, não se trata aqui de nenhum subterfugio a nenhuma situação deste género, e portanto as questões de transparência não se colocam.

E já agora reafirmando sobre essa matéria, quer do ponto de vista da operacionalidade das próprias empresas quer do ponto de vista da monitorização e do seu controle financeiro. Eu gostaria aqui de desafiar a oposição, apresentarmos as propostas que entenderem para este acompanhamento da actividade das empresas municipais possam ser mais eficaz. Nós próprios temos algumas iniciativas sobre essa matéria, temos o desafio de começar a apresentar regularmente a esta Câmara trimestralmente aquilo que são os relatórios de actividades e contas do trimestre. Vamos fazê-lo já no próximo mês de Setembro sobre o segundo trimestre de 2015, e vamos em continuidade nos próximos anos fazê-lo. Mas estamos disponíveis para convosco aprofundarmos outros instrumentos e outras formas de o fazer, dentro da legalidade evidentemente, para que esta actividade possa ser monitorizada. Possamos das empresas, como nós pretendemos, aquilo que são as mais-valias que elas podem criar do ponto de vista organizacional e a flexibilidade que elas têm, para responder a determinados momentos que são momentos de alguma intensificação de actividade em que os constrangimentos das estruturas municipais tradicionais têm mais dificuldade em responder. Mas como eu disse e reafirmo, completamente abertos a que possamos aprofundar todos os mecanismos de monitorização, controle, e acompanhamento à actividades das empresas municipais.

O Sr. Vice-Presidente: - Muito obrigado Sr. Vereador. Sr. Vereador Carlos Moura.

O Sr. Vereador Carlos Moura: - Muito obrigado Sr. Presidente.

Eu creio que só o facto do Sr. Vereador, enfim, ter tomado posse há muito pouco tempo e, portanto, não ter acompanhado estas questões que nós temos levantado pode conduzir a que ponha as coisas nos termos da contratação, ou das contas que são aqui apresentadas porque nunca foi essa a questão que nós levantamos. Levantámos a questão das opções que são tomadas em termos de Câmara Municipal, dos licenciamentos que são realizados. E que portanto do ponto de vista político são uma atribuição desta Câmara Municipal. e que nós sempre entendemos e há muito tempo, desde a criação das sociedades de reabilitação urbana, que entendemos que era a passagem das competências da Câmara Municipal para as sociedades de reabilitação urbana. E por isso opusemo-nos sempre a isso. Não é uma questão da contratação nem uma questão da sua transparência de contas, nem se quer a questão destas sociedade estarem, neste caso outras houve, não foi assim, a realizar o trabalho que era requerido por quem as tutela. Agora que é uma opção política do ponto de vista das competências dos licenciamentos e das decisões e do conhecimento daquilo que imediatamente é tratado em termos de opção desta Câmara, isso é. E dessa posição, e dessa postura. Nós seguramente não abdicamos. E aí continuamos, e daí o nosso voto em relação a este documento que agora vem para aprovação.

O Sr. Vice-Presidente: - Muito obrigado Sr. Vereador. Sr. Vereador Manuel Salgado.

O Sr. Vereador Manuel Salgado: - Muito obrigado Sr. Presidente.

Eu há pouco estive para referir exactamente esse aspecto, porque não é de hoje, desde que eu cá estou há 8 anos que exactamente tive sempre o PCP a manifestar essa discordância relativamente às SRU's, nomeadamente a competência das SRU's para exercerem gestão urbanística e procederem licenciamentos. A competência das SRU's para expropriarem, ou adquirirem sem qualquer intervenção da Câmara Municipal. E sempre manifestei pessoalmente a minha concordância de princípio com essa discordância. Agora não é isso que está em causa hoje. O que está em causa hoje é um contrato/programa para a SRU lançar empreitadas, gerir obras e fiscalizar obras de acordo com um caderno de encargos previamente definido pelo Município e na maior parte dos casos com projectos feitos pelo próprio Município. E portanto, não entre minimamente dentro das matérias das quais o Sr. Vereador discorda que sejam competências da SRU. Muito obrigado.

O Sr. Presidente: - Muito obrigado Srs. Vereadores. Vamos passar à votação do ponto 4 da Ordem de trabalhos, Proposta 397/2015. Quem vota contra? Quem se abstém? Aprovada com os votos contra PCP, do PPD/PSD CDS/PP e do com o voto a favor dos restantes Vereadores.

O Sr. Presidente pôs à votação da Proposta 320/2015 a qual foi aprovada por maioria com 10 votos a favor (7PS e 3Ind.) e 4 abstenções (3PPD/PSD e 1CDS/PP) e 2 votos contra (PCP)